

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PROGRAMA “PROCURANDO SABER”, DA PGE/SP, É EXPANDIDO PARA OUTROS ESTADOS



A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo iniciou a expansão do programa “Procurando Saber” para outras unidades da federação, com a formalização de um acordo de cooperação com a PGE do Mato Grosso do Sul.

A iniciativa, premiada com o Innovare 2025, leva procuradores às escolas públicas e passa a ser replicada em outro estado pela primeira vez, com transferência de metodologia, capacitação e materiais, sem repasse financeiro.

O projeto já impactou estudantes da rede pública paulista e tem despertado interesse de outras instituições, consolidando-se como referência na aproximação entre a advocacia pública e a sociedade.

A cooperação prevê implementação piloto, adaptação regional e avaliação de resultados, reforçando o papel da PGE/SP na difusão de boas práticas e na promoção da educação cidadã.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14535

PGE/SP DIVULGA MANUAL SOBRE REGRAS ELEITORAIS PARA AGENTES PÚBLICOS

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo lançou, em janeiro de 2026, o Manual de Condutas Proibidas pela Legislação Eleitoral, voltado à orientação de agentes públicos quanto às restrições aplicáveis no período eleitoral.

Elaborado por um grupo de trabalho da instituição, o material reúne diretrizes sobre práticas vedadas, sanções, regras da Lei das Eleições e da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de orientações sobre afastamento para candidatura.

Com linguagem acessível e uso de recursos de direito visual, o manual também serve de apoio às consultorias jurídicas na análise de dúvidas de gestores públicos.

A iniciativa reforça a atuação preventiva da PGE/SP na promoção da conformidade jurídica e da segurança institucional em ano eleitoral.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14537

PGE/SP ACOMPANHA AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participou, em 13 de janeiro de 2026, do lançamento da Plataforma Digital da Reforma Tributária e da sanção do Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, em cerimônia realizada em Brasília/DF.

A iniciativa marca uma nova etapa na implementação do sistema tributário sobre o consumo, com a criação do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o desenvolvimento de uma ferramenta digital para testes, simulações e integração entre entes federativos e contribuintes.

Durante o evento, a procuradora-geral do Estado de São Paulo, Inês Coimbra, ressaltou a importância da articulação institucional e o papel da PGE/SP na promoção da segurança jurídica, transparência e eficiência na transição para o novo modelo tributário.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14538

MODERNIZAÇÃO IMPULSIONA RECUPERAÇÃO BILIONÁRIA DE CRÉDITOS PELA PGE/SP

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo alcançou, em 2025, a marca de R\$ 6,3 bilhões na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, refletindo avanços na modernização da gestão fiscal e no fortalecimento de programas de conformidade.

Os resultados foram impulsionados principalmente pela arrecadação de ICMS, com R\$ 3,9 bilhões, e de IPVA, com R\$ 1,9 bilhão, além de outros débitos, evidenciando a atuação estratégica da instituição.

O desempenho está associado à adoção de soluções baseadas em dados, ao uso de tecnologia, à ampliação de mecanismos consensuais e às especialização de núcleos fiscais, substituindo o modelo tradicional de litigância por uma abordagem mais resolutiva.

Os valores recuperados contribuem diretamente para o financiamento de políticas públicas, reforçando o papel da PGE/SP na proteção do patrimônio público e na promoção de maior eficiência estatal. O modelo adotado pela instituição também tem inspirado outras unidades da federação, com a difusão de práticas, tecnologias e estratégias de governança fiscal.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14541

DECISÃO DO STF ASSEGURA CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS DA DÍVIDA DE SP

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo obteve, em 23 de janeiro de 2026, decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece a validade do novo contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, com impacto estimado em cerca de R\$ 1 bilhão por mês.

A liminar, concedida no âmbito de ação ajuizada pelo Estado, garante a aplicação imediata das condições previstas no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), afastando a cobrança baseada em regras anteriores. A decisão foi proferida na Ação Cível Originária nº 3.471 e concedeu tutela provisória para assegurar a aplicação imediata dos termos do contrato celebrado com base na Lei Complementar nº 212, de 2025.

Com a decisão, ficam preservados os termos mais vantajosos do novo acordo, firmado após o cumprimento dos requisitos legais, assegurando maior equilíbrio financeiro ao Estado.

A atuação da PGE/SP envolveu trabalho conjunto com áreas técnicas e a Secretaria da Fazenda, reforçando o papel institucional na defesa dos interesses do Estado em temas estratégicos.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14542

PGE/SP PUBLICA EDIÇÃO ESPECIAL DE REVISTA SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo lançou, em janeiro de 2026, uma edição especial da Revista da PGE dedicada à Reforma Tributária, reunindo análises técnicas elaboradas por procuradores do Estado sobre as mudanças no sistema de tributação do consumo no Brasil.

A publicação resulta dos estudos desenvolvidos por um grupo de trabalho instituído para acompanhar os impactos da Emenda Constitucional nº 132/2023, com foco na nova estrutura do modelo de IVA dual, que abrange o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Com dez artigos, a edição aborda desde fundamentos constitucionais até aspectos operacionais da reforma, como base de cálculo, alíquotas, regimes diferenciados, imunidades e o mecanismo de devolução personalizada (*cashback*), além de seus reflexos na arrecadação e na atuação da advocacia pública.

Viabilizada pelo Centro de Estudos e articulada ao curso de extensão sobre o tema, a iniciativa amplia o acesso ao conhecimento técnico produzido internamente e reforça o papel da PGE/SP no debate qualificado sobre a modernização do sistema tributário brasileiro.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14543

<https://www.portal.pge.sp.gov.br/ceespge/noticia/1122>

STF SUSPENDE RESTRIÇÕES FISCAIS E ASSEGURA REGULARIDADE AO ESTADO DE SP

O Supremo Tribunal Federal concedeu, em 20 de janeiro de 2026, decisão favorável ao Estado de São Paulo e à SPPrev, suspendendo sua inscrição em cadastros federais de inadimplência, como o Cadin, no âmbito da Ação Cível Originária nº 3.740.

A medida, obtida pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, impede restrições que poderiam afetar transferências de recursos e operações de crédito, garantindo maior estabilidade à gestão fiscal estadual.

A decisão reconheceu a necessidade de respeito ao devido processo legal antes da inclusão em cadastros desse tipo, especialmente quando há impacto sobre a autonomia dos entes federativos.

O resultado reforça a atuação da PGE/SP na defesa do interesse público e do equilíbrio federativo perante o Supremo Tribunal Federal.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14545

PARCERIA COM CIESP AMPLIA ALCANCE DO ACORDO PAULISTA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participou do encontro promovido pelo Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), em 12 de fevereiro de 2026, para apresentar as diretrizes da nova fase do Programa Acordo Paulista, voltado à regularização de débitos inscritos na dívida ativa.

Durante o evento, procuradores detalharam condições como descontos em juros e multas e possibilidades de parcelamento, destacando o incentivo à conformidade fiscal e à redução da judicialização.



A iniciativa reforça o diálogo entre o poder público e o setor produtivo, com foco em oferecer soluções para a regularização de empresas e o estímulo à retomada de investimentos.

O encontro também evidenciou o papel da PGE/SP na promoção de instrumentos consensuais e no fortalecimento da segurança jurídica nas relações fiscais.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14551

PGE/SP E CNJ DISCUTEM MEDIDAS PARA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participou, em 12 de fevereiro de 2026, de reunião institucional com o Conselho Nacional de Justiça para tratar de temas estratégicos voltados ao aprimoramento do sistema de Justiça e da atuação pública.

Entre os principais pontos discutidos estiveram a racionalização da litigiosidade nos Juizados Especiais da Fazenda Pública e a busca por soluções estruturais para demandas repetitivas do funcionalismo, com foco em maior eficiência e segurança jurídica.



O encontro também abordou a construção de políticas integradas de enfrentamento à violência doméstica, com participação de órgãos estaduais.

A iniciativa reforça o diálogo institucional e o compromisso da PGE/SP com a adoção de medidas que promovam maior eficiência, redução de demandas judiciais e fortalecimento das políticas públicas.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14552

DECISÃO DO STF REFORÇA EQUILÍBRIO PREVIDENCIÁRIO EM FAVOR DE SP

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo obteve, em fevereiro de 2026, vitória unânime no Supremo Tribunal Federal, em tese com impacto relevante para o regime previdenciário estadual e para as contas públicas.

A Corte fixou entendimento de que o teto constitucional deve ser aplicado antes do redutor nas pensões por morte de servidores (Tema 1.167), acolhendo a posição defendida pelo Estado.

A decisão evita prejuízo estimado em R\$ 1,3 bilhão ao longo de dez anos e reforça o princípio contributivo, ao assegurar que os benefícios sejam calculados com base nos valores efetivamente sujeitos à contribuição.

O resultado evidencia a atuação estratégica da PGE/SP na defesa do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário e do interesse público.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14553

STF CONFIRMA ADESAO DE SP AO PROPAG E ASSEGURA ALÍVIO FISCAL AO ESTADO

Em 24 de fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal Federal validou a adesão do Estado de São Paulo ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), em decisão obtida pela PGE/SP que garante economia estimada em cerca de R\$ 1 bilhão por mês aos cofres públicos.

A medida confirma a eficácia do novo contrato de refinanciamento da dívida com a União, permitindo a aplicação imediata das condições previstas na Lei Complementar nº 212/2025.

A decisão resulta de atuação conjunta da PGE/SP e da Secretaria da Fazenda e Planejamento, que demonstraram a regularidade da adesão ao programa diante de questionamentos sobre o contrato.

Com o reconhecimento pelo STF, o Estado ganha maior previsibilidade fiscal e capacidade de direcionar recursos a investimentos estratégicos, reforçando o planejamento financeiro e a responsabilidade fiscal.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14558

PGE/SP PARTICIPA DE ENCONTRO NACIONAL SOBRE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO EM BRASÍLIA

Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participaram, em 10 de março de 2026, do XIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais (ENPF), realizado em Brasília/DF, com debates sobre temas estratégicos do contencioso tributário e os impactos da reforma tributária.

A atuação da delegação paulista incluiu participação em painéis e oficinas sobre combate à fraude fiscal, recuperação de ativos, transação tributária e mecanismos de solução de conflitos, com apresentação de experiências institucionais.



O evento reuniu especialistas de todo o país para discutir os desafios da reorganização do sistema tributário, incluindo a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A participação reforça o papel da PGE/SP no intercâmbio de boas práticas e na construção de soluções jurídicas diante das transformações no cenário tributário nacional.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14569

PGE/SP PARTICIPA DE FÓRUM SOBRE SOLUÇÕES CONSENSUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participou, em 11 de março de 2026, do Fórum Nacional de Câmaras de Solução de Conflitos (Fonacasc), realizado em Brasília/DF, com foco no fortalecimento de métodos consensuais na Administração Pública.

Representada por procuradores da área de negociação, a instituição integrou debates sobre estratégias para prevenção de litígios e aprimoramento de instrumentos de solução consensual de conflitos.



A participação ocorreu no contexto do Programa de Soluções Negociadas de Conflitos (ProSolve), voltado à promoção de práticas colaborativas na atuação estatal.

O encontro reuniu representantes de diversas procuradorias, promovendo intercâmbio de experiências e reforçando o papel da PGE/SP na adoção de soluções mais eficientes e cooperativas na gestão de conflitos.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14573

TJSP VALIDA MUDANÇA EM GRATIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO PAULISTA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo obteve, em 18 de março de 2026, decisão favorável no Tribunal de Justiça de São Paulo que confirmou a validade da substituição da Gratificação de Dedicção Plena e Integral (GDPI) pela Gratificação de Dedicção Exclusiva (GDE).

Por unanimidade, a 5ª Câmara de Direito Público manteve a improcedência de ação coletiva proposta por entidade sindical, afastando a alegação de redução remuneratória aos docentes.

O Tribunal acolheu a tese da PGE/SP de que a gratificação anterior tinha caráter transitório e condicionado ao exercício de funções específicas, não se incorporando aos vencimentos.

A decisão reforça o entendimento de que não há direito adquirido à forma de composição da remuneração, desde que preservado o valor global, consolidando a segurança jurídica na reestruturação da carreira docente.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14574

PGE/SP RECONHECE LIDERANÇAS FEMININAS EM PREMIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo realizou, em 19 de março de 2026, a entrega do Prêmio “Mulheres que Inspiram PGE 2026”, homenageando servidoras, procuradoras e representantes da sociedade civil.

A iniciativa destacou trajetórias marcadas pela promoção da equidade, diversidade e inclusão, com reconhecimento em diferentes categorias.

O evento também evidenciou avanços institucionais na ampliação da representatividade, incluindo ações afirmativas implementadas recentemente.



A premiação reforça o compromisso da PGE/SP com a valorização de lideranças femininas e com a construção de um ambiente institucional mais inclusivo.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14575

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14571

PGE/SP PARTICIPA DE CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo participou, no dia 23 de março de 2026, do Congresso Internacional de Direito Tributário do Instituto de Aplicação do Tributo (IAT), realizado em Trancoso (BA).

O evento reuniu especialistas para debater os impactos da reforma tributária e os desafios da transição para o novo sistema, incluindo a implementação de tributos como o IBS e a CBS.

Representantes da PGE/SP integraram a programação com participação em painéis e debates sobre consensualidade, contencioso tributário e adaptação institucional às mudanças.

A presença da instituição reforça o acompanhamento técnico da reforma e o compromisso com o aprimoramento da atuação estatal diante do novo cenário tributário.



Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14578

STF SUSPENDE BLOQUEIOS SOBRE BENS VINCULADOS À EXTINTA DERSA

Decisão do Supremo Tribunal Federal, obtida pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo em 25 de março de 2026, suspendeu penhoras sobre bens públicos transferidos ao Estado após a extinção da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.).

A liminar reconheceu que, à luz da Constituição, não são admitidas constrições sobre bens de entes públicos e de estatais dependentes enquanto vigente o regime especial de pagamento de precatórios, regularmente cumprido pelo Estado.

O entendimento também considerou que medidas desse tipo poderiam comprometer a continuidade de serviços públicos, diante da destinação dos bens a órgãos estaduais.

A decisão reforça a atuação da PGE/SP na defesa do patrimônio público e na garantia da regularidade jurídica em processos envolvendo empresas estatais.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14579

PROCURADORES DA PGE/SP SÃO HOMENAGEADOS EM CELEBRAÇÃO DA SEMIL

Procuradores do Estado de São Paulo foram homenageados na celebração dos 40 anos da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), realizada em 24 de março, em reconhecimento à atuação em prol do desenvolvimento sustentável.

Durante a cerimônia, foram destacados nomes da carreira, sendo que os procuradores Amanda Modotti e Daniel Smolentov receberam uma placa comemorativa em agradecimento à parceria com a instituição. Também foram destacados os procuradores Rodrigo Levkowicz, Camila Rocha Vianna e Pedro Ubiratan (procurador aposentado).



O evento também revisitou marcos históricos da Secretaria e reuniu autoridades e ex-secretários, além de prestar homenagem a servidores pela contribuição à política ambiental do Estado.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14581

PGE/SP ACOMPANHA ANÚNCIO DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A PGE/SP participou, em 30 de março, do anúncio de um pacote de ações voltadas ao combate à violência contra a mulher, no Palácio dos Bandeirantes. As medidas incluem ampliação da rede de proteção, atendimento itinerante e integração entre órgãos públicos.

O evento também formalizou parceria para execução do Circuito Integrado SP Por Todas e apresentou iniciativas como novas unidades de atendimento e apoio a órfãos de feminicídio, com participação de representantes do governo e de instituições do sistema de Justiça.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14584

PGE/SP PARTICIPA DE CONGRESSO ESTADUAL VOLTADO À GESTÃO MUNICIPAL



Procuradores da PGE/SP participaram, em 7 de abril, do 68º Congresso Estadual de Municípios, realizado no Distrito do Anhembi, que reuniu representantes de 645 municípios para debater os desafios da administração pública.

Durante o evento, integrantes da instituição participaram de painéis sobre inovação e compras públicas, além do lançamento de iniciativas voltadas à disseminação de boas práticas e ao fortalecimento de instrumentos jurídicos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14585

PGE/SP REALIZA IMERSÃO TÉCNICA PARA AVALIAR IMPACTOS CLIMÁTICOS NO LITORAL PAULISTA

Em parceria com a Fundação Florestal, a PGE/SP promoveu, nos dias 9 e 10 de abril, uma imersão técnica no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. A atividade reuniu procuradores, equipes técnicas e especialistas para analisar os impactos das mudanças climáticas em ecossistemas costeiros e comunidades tradicionais.

A programação incluiu visitas a áreas afetadas por erosão costeira, com observação de alterações na dinâmica natural, perda de faixa de praia e impactos em manguezais e restingas. Também foram discutidos os efeitos de eventos extremos, como a elevação do nível do mar e as mudanças nas correntes, sobre a biodiversidade e os habitats locais.



A iniciativa buscou qualificar a atuação institucional por meio da experiência em campo, ampliando a compreensão dos desafios socioambientais e contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à adaptação climática e à proteção das comunidades costeiras.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14587

PGE/SP ASSEGURA CONTINUIDADE DE OBRAS NA RODOVIA SP-324 APÓS DECISÃO DO TJSP

A PGE/SP obteve decisão favorável no TJSP que garantiu a continuidade e a entrega das obras de melhoria da Rodovia Miguel Melhado Campos (SP-324), concluídas em 11 de abril. A medida assegurou o avanço de intervenção considerada estratégica para a mobilidade na região de Campinas.

A decisão, proferida em recurso contra a paralisação dos serviços, levou em conta o estágio avançado da obra e o interesse público envolvido, diante dos impactos na segurança viária e no acesso ao aeroporto de Viracopos. A controvérsia teve origem em ação civil pública que questionava aspectos relacionados às intervenções e à situação de moradores da área.

Com o efeito suspensivo concedido, foi possível viabilizar a conclusão do empreendimento, preservando investimentos públicos e garantindo benefícios à população local. A atuação reforça o papel institucional na defesa de políticas públicas e na viabilização de obras de infraestrutura no Estado.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14588

PGE/SP LANÇA OBRA COMENTADA SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

A PGE/SP lançou, em 24 de abril, o “Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo Comentado”, publicação que reúne e sistematiza orientações administrativas e precedentes judiciais relacionados à Lei nº 10.261/1968. O material consolida pareceres, súmulas e despachos normativos em um único documento de referência.

Elaborada no âmbito do Programa IMPACTA PGE e formalizada pela Resolução PGE nº 62/2024, a obra foi desenvolvida por cerca de 40 procuradores, organizados em subgrupos temáticos com participação de diferentes áreas da instituição.

A versão digital foi concebida como ferramenta dinâmica, com atualizações periódicas para incorporar novos entendimentos, visando apoiar a atuação jurídica e administrativa com conteúdo sistematizado e de fácil consulta.

Para informações adicionais, acesse:

https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/noticias-pge/noticia_14590

Para acesso ao Estatuto dos Servidores Públicos Comentado, acesse:

[EFP Comentado](#)